

Opinião

São Francisco das águas

Ciro Gomes
Ministro da Integração Nacional
17/09/2004

Segundo a Organização das Nações Unidas, a vida é sustentável quando é possível dispor de, no mínimo, 1.000 metros cúbicos de água por habitante/ano. Em algumas áreas dos sertões dos estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, que integram o Nordeste Setentrional e onde vivem cerca de 9 milhões de habitantes, a disponibilidade de água é de, aproximadamente, 500 metros cúbicos por habitante/ano, ou seja, metade do índice mínimo estabelecido pela ONU. Com o agravante de que essa disponibilidade per capita de água deverá ser ainda mais reduzida com o aumento previsto da população da região nos próximos anos.

O Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte não dispõem de rios perenes, como o São Francisco e o Parnaíba, que banham os demais estados do Nordeste. O São Francisco responde, sozinho, por cerca de 70% de toda a oferta de água da região. Sem uma distribuição mais eqüitativa de suas águas, não haverá como atender adequadamente aos nordestinos, agravando ainda mais as desigualdades regionais, uma vez que o processo migratório está diretamente associado à falta de sustentabilidade hídrica no semi-árido.

O rio São Francisco nasce na serra da Canastra, em Minas Gerais, corta ao meio o Estado da Bahia, irriga terras férteis de Pernambuco e chega ao Atlântico na exata divisa de Sergipe e Alagoas. Ele despeja no mar, em média, 2.700 metros cúbicos por segundo, volume que, nos anos de grandes cheias, chega até 15 mil metros cúbicos por segundo e, nos anos hidrológicos críticos, reduz-se a 1.850 metros cúbicos por segundo, com a regularização propiciada pelo reservatório de Sobradinho.

Para evitar que, nos próximos anos, falte água para proporcionar um mínimo de condições de sobrevivência e

sustentabilidade aos nossos irmãos brasileiros do Nordeste Setentrional, o presidente Luís Inácio Lula da Silva determinou que fosse retomada a idéia de integrar a bacia do São Francisco às bacias dos rios do agreste e dos sertões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O esforço neste sentido começou no ano passado, sob a liderança do vice-presidente José Alencar, que promoveu reuniões em todos os estados do Nordeste, incluindo Minas Gerais, berço do rio, e tomou parte de sessões especiais no Senado e na Câmara dos Deputados, recolhendo subsídios que permitiram a adequação operacional do projeto original às condições hidrológicas do rio.

O que se pretende, agora, é captar, depois da barragem de Sobradinho, e levar para os sertões setentrionais do Nordeste, o equivalente a apenas 1% do volume médio despejado em sua foz, ou seja, 26 metros cúbicos por segundo destinados a garantir o consumo humano e animal, liberando as águas armazenadas nos açudes para atividades econômicas necessárias à geração de emprego e renda numa região cujas opções de desenvolvimento sustentável são fortemente condicionadas à segurança no fornecimento de água. Todavia, a Agência Nacional de Águas (ANA), à qual cabe legalmente outorgar o uso da água, prevê que, nos anos de hidrologia favorável no rio São Francisco – isto é, quando a barragem de Sobradinho estiver cheia –, essa captação poderá elevar-se a até 63 metros cúbicos por segundo, volume que, transferido para os açudes dos rios intermitentes de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, terá uso múltiplo.

O projeto será constituído de dois canais – o Leste, que demandará aos estados de Pernambuco e Paraíba, e o Norte, que levará a água ao Ceará, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. O empreendimento, cuja primeira fase custará cerca de R\$ 4 bilhões e deverá estar concluída em dois anos, é uma das etapas do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido, que, por determinação do presidente Lula, está sendo elaborado pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, contemplando especialmente, entre as muitas ações previstas, o programa de revitalização hidroambiental do rio São Francisco, para o que estão sendo aplicados, neste ano, R\$ 26

milhões. No próximo ano, a dotação chegará a R\$ 100 milhões, somente nos dois Ministérios, sem contar outros fundos públicos, como, por exemplo, os dos organismos que cuidam do saneamento básico.

A revitalização do rio – que nos últimos 100 anos sofreu inúmeros impactos locais, como a construção de barragens e o desmatamento que ainda hoje prossegue – pretende recuperar as suas matas ciliares, tratar os esgotos sanitários, controlar o desmatamento e preservar as matas remanescentes, garantir vida digna aos pescadores artesanais e melhorar a sua navegabilidade. Isto é tarefa para os três níveis de governo e, também, para toda a sociedade sanfranciscana, hoje representada pelo Comitê da Bacia do rio São Francisco.

Como disse, com toda razão, o presidente Lula na mais recente reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o rio São Francisco é de toda a sociedade. Desejo aqui reafirmar que é necessário garantir uma melhor distribuição de água aos brasileiros que habitam a parte mais seca do Nordeste, sem prejuízos para os que compartilham suas belezas naturais e usam as suas águas para produzir.

Opinião **Sem água, migração**

Ciro Gomes
Ministro da Integração Nacional
13/09/2004

Estudos científicos indicam que, em curto prazo, o semi-árido do Nordeste, onde vivem perto de 9 milhões de irmãos brasileiros, começará a enfrentar um estresse hídrico cuja tendência é de agravamento ao longo deste século. Ou seja, faltará água para a sustentabilidade da vida humana ali. Os mesmos estudos revelam que esse estresse será muito mais acentuado nos Estados do Nordeste Setentrional, mais especificamente em Pernambuco, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará,

cujos sertões carecem de uma oferta permanente de água. Diante desta perspectiva, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – um nordestino que conhece na pele as danosas conseqüências sociais, econômicas e ambientais da seca – instruiu o vice-presidente da República, José Alencar, a retomar a idéia secular de integrar a bacia do rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional e, mais ainda, determinou aos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para o semi-árido.

Durante cinco meses, o vice-presidente, ele mesmo, promoveu, no ano passado, reuniões em Minas Gerais e em todos os estados do Nordeste e participou, pessoalmente, de debates no Senado e na Câmara dos Deputados, recolhendo opiniões e subsídios que contribuíram para adequar o empreendimento às condições hidrológicas do rio. Em sua nova concepção operacional, o projeto de Integração da Bacia do São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional pretende levar 1% de sua vazão média para as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB-RN), Paraíba (PB) e Moxotó e Brígida (PE). Em resumo: dos 2.700 metros cúbicos por segundo que o São Francisco despeja em média no mar, apenas 26 metros cúbicos por segundo serão transferidos para o abastecimento humano na área mais seca do Nordeste.

O projeto, constituído de dois canais artificiais, permitirá ainda que, nos anos hidrológicos favoráveis, os excedentes de água da barragem de Sobradinho sejam transferidos para os açudes dos rios intermitentes do Nordeste Setentrional, viabilizando o seu uso múltiplo. A Agência Nacional de Águas (ANA), responsável legal pela outorga do uso da água do São Francisco, estabeleceu uma nova regra operacional para a barragem de Sobradinho, a qual prevê a transferência de excedentes em cerca de 40% do tempo.

Os dois canais do empreendimento captarão água depois da barragem de Sobradinho, cujas comportas mantêm vazões mínimas substancialmente maiores do que rio acima do reservatório. Fica claro, pois, que o projeto não desviará o rio de seu leito normal, como muitos erroneamente imaginam, mas

só repetirá as captações de água que se fazem nos inúmeros projetos de irrigação existentes na sua bacia.

Embora não cause prejuízos ao rio e aos seus usuários, o projeto tem o grande mérito de mobilizar o poder público para a revitalização hidro-ambiental do São Francisco, o que depende da União Federal e também dos Estados que compartilham a história, a beleza natural e o seu rico ecossistema. Nos últimos 100 anos, o rio sofreu impactos de ações localizadas em seu leito (barragens) e do desmatamento de sua bacia. Revitalizá-lo exigirá tempo, mobilização da sociedade sanfranciscana e empenho dos três níveis de governo para 1) controlar o desmatamento das matas remanescentes, 2) recuperar as matas ciliares, 3) tratar os esgotos sanitárias, 4) garantir condições de sobrevivência às populações ribeirinhas, especialmente às comunidades de pescadores artesanais, e 5) melhorar as condições de navegabilidade do seu médio curso.

Como prova de que a revitalização do São Francisco é prioridade do Governo do presidente Lula, os ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente estão aplicando, neste ano, com esse objetivo, R\$ 26 milhões. No orçamento de 2005, esses recursos serão quadruplicados para R\$ 100 milhões. No ano seguinte, as dotações serão mais ampliadas. Caberá ao Comitê da Bacia do São Francisco a definição das prioridades na aplicação dos recursos destinados ao programa de revitalização. Tendo de atender a todos os nordestinos, garantindo-lhes uma melhor distribuição da água no semi-árido, e de prevenir a região para o estresse hídrico previsto, o Governo decidiu executar, concomitantemente, o projeto de revitalização da bacia do São Francisco e o de sua integração às bacias das áreas mais habitadas do Nordeste, cuja população, se não tiver alternativa para viver dignamente, migrará.

FONTE: Ministério da Integração Nacional (www.integracao.gov.br)